Homenagem ao Exército Brasileiro e ao seu patrono, o Duque de Caxias

EDUARDO BEZERRA NETO (*)

Mais uma vez o Instituto do Ceará abre suas portas para acolher representantes do Exército Brasileiro, sob o comando, na 10ª Região Militar, do General de Divisão Paulo Roberto Laranjeira Caldas, que nos honra sobremaneira com sua presença, juntamente com os Senhores Oficiais, Graduados e Soldados co-participantes desta solenidade.

Homenagem ao Exército

Estamos celebrando a Semana do Exército, período que nos motiva a refletir sobre as importantes funções delegadas à nossa Força de Terra pela Constituição Federal, particularmente a de assegurar a integridade do nosso território.

A fidelidade no cumprimento das responsabilidades constitucionais nos leva a renovar as homenagens a que o Exército Brasileiro se faz credor. Esse cumprimento é realizado com elevada competência e seriedade. Não apenas pelo desempenho das funções constitucionais, mas também pelas ações de largo alcance social que desenvolve em todos os Estados da Federação.

Luís Alves de Lima e Silva: Duque, Pacificador, Patrono do Exército

Coincide a Semana do Exército com a data natalícia de Luís Alves de Lima e Silva, que no decorrer de sua carreira assumiu todos os postos do oficialato, bem como os títulos de Barão, Conde e Marquês de Caxias. No coroamento de sua vida militar veio a

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

ser distinguido com o posto de Marechal e pouco depois seu nível nobiliárquico foi elevado a Duque.

Nasceu em 25 de agosto de 1803, na Fazenda Tuquaru, próxima à vila de Porto da Estrela, na então Província do Rio de Janeiro. Sua localidade natal adotou o nome do filho ilustre, passando a denominar-se Duque de Caxias.

Além do título nobiliárquico de Duque, que lhe foi conferido pelo Imperador Pedro II, o Brasil lhe conferiu dois outros. No primeiro ele é distinguido com o epíteto de o Pacificador. No segundo é reconhecido como Patrono do Exército Brasileiro.

Patrono do Exército Brasileiro

O título de Patrono do Exército Brasileiro lhe foi outorgado por decorrência do que nos revela a folha de serviços prestados ao Brasil. Em razão de ser filho de um Oficial, a legislação da época permitiu verificar praça como Cadete aos 5 anos de idade. No entanto, somente aos 15 anos ingressou na Academia Militar, aí permanecendo de 1818 a 1821.

Na sua carreira militar, ganham relevo a participação nas Lutas pela Independência, na Bahia, em 1823, e a ação controladora dos excessos ocorridos na Abrilada, no Rio de Janeiro, em 1832. Destaca-se, ainda, o sucesso em alcançar solução para os conflitos surgidos na Rebelião dos Balaios, no Maranhão, em 1839; na Sedição de Sorocaba, em São Paulo e na Rebelião de Barbacena, em Minas Gerais, ambas em 1842. De igual modo, o sucesso em restaurar a ordem, encerrando a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que se prolongou de 1835 a 1845. Caxias entrou em ação no território sublevado no final de 1842, ali permanecendo até ao restabelecimento da paz, em 1845.

O serviço à Pátria o levou também a ações externas: contra Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, em 1851.

Não obstante o elevado desempenho demonstrado nas ocorrências citadas, sua maior atuação como estrategista revelou-se na guerra contra Solano López, no Paraguai. Ao assumir o comando das Forças Brasileiras, em 1866, em lugar de prosseguir na con-

quista do território inimigo, Caxias dedicou-se, por mais de um ano e meio, a treinar e a equipar adequadamente suas tropas. O Comando das Forças da Tríplice Aliança veio a lhe ser confiado posteriormente, com a retirada de Bartolomeu Mitre para a Argentina. Retomou a iniciativa das ações a partir de 1868 e, coroando seu plano, em 1869 entrou vitoriosamente em Assunção. Razões de Estado levaram-no a passar o Comando para o Conde d'Eu, genro do Imperador Pedro II.

Inteiramente dedicado ao Exército, mesmo na reserva Luís Alves de Lima e Silva manteve sempre vivo seu espírito de militar. Faleceu em 7 de maio de 1880, na Fazenda Santa Mônica, no Rio de Janeiro.

Como ele, ninguém no Brasil alcançou cumprir uma tão longa, variada e meritória folha de serviços. Retornando ao que antes já foi externado, o Patronato do Exército Brasileiro lhe compete por razão lógica inarredável.

O Pacificador

O título de Pacificador, entretanto, parece paradoxal quando atribuído a um militar de carreira. Com ações conduzidas dentro e fora das fronteiras nacionais, o conceito de "Pacificador", aplicado a um Marechal, no mínimo pareceria estranho. No entanto, o Duque de Caxias foi em vida exatamente o que seu título indica: o Pacificador.

Para melhor entendermos as razões deste segundo título, cumpre repassar algumas ocorrências da História Nacional. Revendo-a, chegamos à constatação de que, como regra, as rebeliões ocorridas no Brasil produziram mártires. Os líderes dos vários eventos registrados sofreram a pena máxima, a fim de servirem de exemplo, inibindo o surgimento de novas revoltas.

Assim, por ter se insurgido contra a Coroa Portuguesa, que praticamente colocou toda a economia do norte do Brasil como monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão, Manuel Beckman foi enforcado em 1685, em São Luís.

Adiante pouco mais de um século, a idéia de tornar o Brasil independente, levou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a sofrer a mesma pena capital por enforcamento, em 1792, na cidade do Rio de Janeiro. Depois, partes do seu corpo esquartejado foram levadas para várias localidades, a fim de inibir qualquer outra iniciativa semelhante à da Inconfidência Mineira.

A humilde Conjuração dos Alfaiates, em 1798, na Bahia, gerou mártires executados por enforcamento. Seus nomes, quase esquecidos, são: Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres e Manuel Faustino dos Santos Lira. O detalhe peculiar da conjuração é que, embora denominada "dos Alfaiates", na realidade apenas João de Deus e Manuel Faustino tinham essa profissão. Luís Gonzaga e Lucas Dantas eram soldados do Regimento de Linha de Salvador.

A Revolução de 1817 trouxe, no seu final, o mais numeroso rol de execuções sumárias.

Na Bahia, onde se instalou uma Comissão Militar, foi primeiramente executado, por fuzilamento, José Inácio Ribeiro de Abreu Lima, popularmente apelidado de Padre Roma. Pouco depois foram executados os líderes pernambucanos Domingos José Martins, José Luís de Mendonça e o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, mais conhecido como Padre Miguelinho.

Em Pernambuco sofreram a pena máxima Antônio Henriques Rabelo, Padre Pedro de Souza Tenório, José de Barros Lima, Domingos Teotônio, José Peregrino Xavier de Carvalho, Amaro Gomes, Francisco José da Silveira, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão e o Padre Antônio de Albuquerque. Diante desse quadro, o Padre João Ribeiro preferiu suicidar-se. De outra forma sofreria a mesma pena aplicada aos seus companheiros de rebelião.

No Rio Grande do Norte, a vítima foi André de Albuquerque Maranhão.

A Confederação do Equador, em 1824, conduziu à execução por fuzilamento, em Fortaleza, no ano de 1825, do Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo Mororó, seguindo-se João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luís Inácio de Azevedo Bolão e Feliciano José da Silva Carapinima.

Na cidade do Recife, no mesmo ano de 1825, foi fuzilado Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Por enforcamento foram executados Agostinho Bezerra Cavalcanti, Antônio Macário, Lázaro de Souza Fontes, Antônio do Monte Oliveira e Nicolau Martins Pereira.

Confrontando este retrospecto histórico com o comportamento de Caxias em situações de conturbação da ordem, encontraremos desfechos bem diferentes. Isto, porquanto na personalidade do nosso homenageado, destaca-se a irrestrita observância a dois princípios que adotou para nortear sua vida: a firmeza do militar e a flexibilidade do estadista.

Retornando às sublevações à ordem debeladas por Caxias, ou sejam: a Abrilada, no Rio de Janeiro; a Balaiada, no Maranhão; a Sedição de Sorocaba, em São Paulo; a Rebelião de Barbacena, em Minas Gerais; a Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, nenhum desses eventos da História do Brasil foi assinalado por execuções sumárias.

Conforme visto, é significativo notar que, em geral, as revoluções brasileiras terminaram com execuções. Vidas subitamente cortadas foi o alto preço pago pelos rebelados. Caxias, no entanto, analisou antes as características específicas de cada conflito, para depois agir com firmeza e eficácia. Recorreu à ação militar como elemento disciplinador dos ânimos exacerbados. Porém, ao mesmo tempo, procurou a solução política mais apropriada, de modo a obter o restabelecimento do equilíbrio social.

Resumindo, as cinco rebeliões citadas, antes e depois da Independência, trouxeram como conseqüência a execução de 31 pessoas. Por outro lado, nas cinco rebeliões debeladas por Caxias, ninguém foi sumariamente executado.

É importante ressaltar este detalhe: não há mártires nas rebeliões e na guerra interna às quais Caxias foi convocado a debelar!

É este o referencial concreto pelo qual Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é legitimamente denominado o Pacificador.

Patrono da Integridade Territorial do Brasil

Um terceiro título ajusta-se ao nosso homenageado. Refiro-me ao de Patrono da Integridade Territorial do Brasil.

Para melhor entender a contribuição de Caxias, uma outra retrospectiva torna-se necessária.

Admite-se sem questionamento que a unidade territorial brasileira foi preservada desde o descobrimento até aos dias atuais. A história revela algo bem diferente. A geopolítica praticada pela metrópole acarretou diversas oscilações territoriais na América Portuguesa. No início existiu uma unidade natural, que evoluiu em seguida para o fracionamento, vindo a alcançar depois a reunificação. Em síntese, o Brasil não foi constituído, sempre, com a unidade territorial que hoje apresenta.

Constata-se que nos três primeiros decênios de presença portuguesa no Novo Mundo, não houve qualquer forma de administração. A unidade territorial brasileira foi simples situação de fato. As naus e caravelas armadas enviadas para o Brasil simplesmente patrulharam a costa, defendendo as poucas feitorias estabelecidas e expulsando os estrangeiros.

Quando Portugal implantou o sistema de capitanias hereditárias, a colônia já contava com mais de 30 anos de descoberta. D. João III fracionou o território em 15 unidades administrativas, cedidas a 12 donatários. As capitanias eram autônomas entre si. Na realidade local, como aos olhos da coroa havia 15 colônias. Vale dizer, a administração portuguesa no Brasil começou pela partilha do território.

Pernambuco ao norte e São Vicente ao sul, foram as únicas capitanias a terem êxito. Em razão do fracasso quase total do sistema, cerca de vinte anos depois foi instituído o Governo Geral. Com sua instalação efetiva em 1545, a unidade territorial foi restabelecida. Não obstante, apenas em parte. Os donatários de Pernambuco, herdeiros de Duarte Coelho, resistiram contra a autoridade do Governo Geral no espaço pernambucano. Invocaram como respaldo do posicionamento assumido, a natureza da doação anterior do rei, que não se tornava nula sob o novo sistema administrativo.

Em 1568 o próprio Governo Geral do Estado do Brasil foi dividido. As capitanias do sul, a partir de Ilhéus, passaram a ficar sob a autoridade de um outro Governo, com sede no Rio de Janeiro. Foi a chamada Repartição do Sul, que subsistiu por apenas 10 anos, sendo extinta em 1568.

No período em que o reino de Portugal esteve unido ao da Espanha, de 1580 a 1640, a colônia foi novamente fracionada. Felipe III manteve nominalmente o Governo Geral do Brasil, porém em 1608 fez retornar a Repartição do Sul, uma vez mais com sede no Rio de Janeiro. A segunda experiência foi tão precária quanto a primeira. Cedo, a nomeação de governadores foi suspensa e as fronteiras ignoradas. Todavia, o ato formal de extinção só veio a ser sancionado em 1709, quase meio século após a reconquista da independência de Portugal.

Outra divisão foi introduzida em 1621, esta bem mais estável. Felipe IV criou o Estado do Maranhão, desmembrando as capitanias do norte, a partir do Ceará. Teve sede em São Luís, passando depois para Belém. Após muita insistência, o Ceará foi reincorporado ao Estado do Brasil.

Em resumo, o que hoje constitui o Brasil chegou a estar divido em três governos: o Estado do Maranhão, o Estado do Brasil e a Repartição do Sul. No período em que estiveram unidas as coroas de Portugal e da Espanha, a incorporação das terras continuou a ocorrer acelerada e espontaneamente, sem consideração alguma aos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Entretanto, o que os colonizadores não consideraram, a diplomacia espanhola transformou em problema na primeira metade do século XVIII.

A solução somente foi alcançada em 1750, desta vez através do Tratado de Madri, que referendou o princípio do "uti possidetis". Por este critério, a soberania de Portugal se estenderia aos territórios ocupados por portugueses, enquanto que a soberania da Espanha seria reconhecida nos territórios ocupados por espanhóis. Um brasileiro, Alexandre de Gusmão, foi a peça mestra da diplomacia portuguesa, nas negociações para obter a anuência dos espanhóis.

A reunificação ocorreu por etapas. Como visto, em 1709 foi definitivamente extinta a Repartição do Sul, permanecendo o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão. Em 1763 o Rio de Janeiro tornou-se a capital do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão, administração autônoma do norte, veio a ser extinto pelo Marquês de Pombal em 1774.

Recapitulando, o espaço português na América permaneceu dividido, pela segunda vez, de 1608 a 1774, ou seja, mais de um século e meio. Não obstante, a extensão territorial da América Portuguesa, como um todo, cresceu grandemente no transcurso desse tempo.

Restabelecendo-se a unidade administrativa e territorial da colônia portuguesa, ela alcançou a independência sem grandes alterações. Entretanto, a consolidação do Brasil independente viria a apresentar situações inquietantes em relação ao território e à população.

Antes de concluir esta análise, convém lançar um olhar sobre o que ocorreu nas colônias espanholas da América Latina. Do século XVI ao início do século XIX elas chegaram a uma divisão administrativa constituída de três Vice-Reinados: o de Nova Granada, o do Peru e o do Rio da Prata. Portugal tinha um único Vice-Reinado, o do Brasil. As guerras de independências fracionaram os Vice-Reinados espanhóis nas nações latino-americanas hoje conhecidas: Colômbia (na época com o Panamá nela incluído), Venezuela, Equador, Peru, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Simón Bolívar e José de San Martin foram capazes de liderar os movimentos para romper os laços coloniais com a Espanha. Todavia, não lograram criar laços suficientemente fortes para unir as ex-colônias.

Enquanto pressionava as tropas espanholas até conseguir derrotá-las, Bolívar foi ao mesmo tempo empreendendo negociações visando a transformar o Vice-Reinado de Nova Granada na República da Grande Colômbia. Pouco tempo durou a união. Com o desmembramento, tornaram-se autônomos a Colômbia (ainda com o Panamá), a Venezuela e o Equador.

Bolívar lutou ainda pela independência do Peru e da Bolívia, que adotou um derivativo do seu nome. Contudo, apesar de todo o seu esforço, jamais alcançou concretizar seu outro sonho, a União das Repúblicas Hispano-Americanas.

San Martin lutou nas guerras de independência da Argentina, Chile e Peru. Parte de sua permanência ali coincidiu com a de Bolívar. Sonhou com a formação das Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu projeto não se concretizou, por falta de respaldo das lideranças locais. Desiludido, partiu em exílio voluntário, vindo a morrer na França.

Os dois líderes lutaram no campo militar pela independência e obtiveram êxito. Lutaram no plano político pela união, porém neste não alcançaram sucesso. Inversamente ao que aconteceu no restante do continente, do final do século XVIII ao início do século XIX a colônia portuguesa manteve-se íntegra. Ao Vice-Reinado sucedeu o Reino Unido e, com a independência, o Império do Brasil.

É interessante observar que as tensões que se verificaram nas colônias espanholas no início do século XIX somente vieram a se manifestar no Brasil após a independência. Excluindo-se as lutas na Bahia, que foram de integração e não de separação, os movimentos separatistas internos verificaram-se no espaço de tempo que vai de 1831 a 1845. Aquele primeiro ano coincide com a abdicação de D. Pedro I, sendo D. Pedro II ainda criança. Jovem de 14 anos, em 1840 o novo Imperador teve reconhecida a sua Maioridade, porém o ato político não lhe transmitiu a capacidade imediata de exercer suas funções com experiência e autoridade. Em um contexto julgado frágil, os conflitos separatistas foram eclodindo em cadeia. Entretanto Caxias imprimiu a esses acontecimentos um desfecho diferente do fracionamento dos Vice-Reinados espanhóis. Agiu em tempo oportuno e da forma adequada.

Revendo as sublevações à ordem debeladas por Caxias, elas tiveram diferentes características.

Nessa perspectiva, a Abrilada, no Rio de Janeiro e a Balaiada, no Maranhão, foram movimentos de indisciplina, alimentados por insuflamento político. Não chegaram a atingir largas proporções.

A Sedição de Sorocaba, em São Paulo, e a Rebelião de Barbacena, em Minas Gerais, tiveram coloração nitidamente política. O Partido Liberal não aceitava a ascensão do Partido Conservador.

A Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, esta sim, teve a dimensão de guerra interna. Extensa, demorada e sangrenta.

Não obstante, todos os acontecimentos revelaram um indicador comum: o espírito separatista. Caso evoluíssem, o Brasil correria sério risco de se fracionar, à semelhança do que ocorreu antes com as ex-colônias espanholas. As lutas no sul quase chegaram a esse extremo. Caxias revela-se, assim, construtor da unidade territorial e social brasileira. Essa dupla integridade ele a construiu agindo inteligentemente em relação às pessoas. Seus atos, nos acontecimentos a que foi chamado a resolver, demonstram com clareza a consciência que tinha de que a soberania nacional repousa não apenas em relação ao território, mas, principalmente sobre a união do povo.

De Bolívar e San Martin constata-se, como visto, que lutaram no campo militar pela independência e obtiveram êxito, ao passo que lutaram também no plano político pela união, porém neste não alcançaram sucesso.

Contrastando com Bolívar e San Martin, Caxias participou da consolidação da independência apenas nas lutas ocorridas na Bahia. No entanto, agindo coerentemente nos diversos movimentos separatistas que lhe foram confiados para solucionar, tornou-se o responsável maior pela sua unidade territorial brasileira. Junto a esta, a integridade social.

Cabe-lhe, portanto, por mérito, o título de Patrono da Integridade Territorial do Brasil.

Luís Alves de Lima e Silva, o político atuante

Não se encerra com os aspectos vistos a nossa avaliação sobre Luís Alves de Lima e Silva. Ele foi igualmente investido de funções políticas.

Exerceu os cargos de Presidente da Província do Maranhão; Vice Presidente da Província de São Paulo; Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Alcançou ser eleito Deputado à Assembléia Legislativa do Maranhão e Senador pelo Rio Grande do Sul.

Foi, ainda, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros.

Descobrimos neste cenário o exercício consciente e ativo da cidadania. Descobrimos mais ainda que funções militares estão associadas do exercício da cidadania em sua abrangência mais ampla. A grande lição que se deduz desta análise é que a vida de Luís Alves de Lima e Silva demonstra a indissolubilidade das qualidades de militar e de cidadão. Por isso, o Duque de Caxias oferece igual inspiração para os militares e para os civis.

Um grande homem à espera de um escritor que revele sua alma

Será de grande utilidade trazer Caxias para mais perto dos brasileiros de hoje. Não se trata de mais um compêndio de historiografia. Ressalto a necessidade de encontrarmos um autor que revele a alma de Luís Alves de Lima e Silva. Não apenas seus feitos militares e desempenho político. O amplo público leitor do País ainda não conta com uma biografia de qualidade sobre o nosso Pacificador, com a recriação dos cenários por ele vivenciados, e fidelidade à fundamentação histórica.

Aqui cabe uma comparação.

Uma das obras mais recentes de Gabriel Garcia Márquez, Prêmio Nobel de Literatura, é "*O General em seu Labirinto*", uma biografia romanceada de Simón Bolívar. Nela retrata seu biografado recordando as realizações, os conflitos e as decepções que enfrentou em sua tumultuada vida, enquanto empreendia a última jornada e via aproximar-se o término dos seus dias. A obra de Garcia Márquez teve grande divulgação no Brasil. O que ele realizou em relação a Bolívar ainda faz falta entre nós em relação a Caxias, sendo outro o autor.

É certo que as personalidades dos dois generais não coincidem. São bastante distintas. Porém, se Garcia Márquez fez reviver Bolívar para numeroso público, em vários continentes, a nós faz falta um escritor que reviva Caxias para as gerações contemporâneas.

Lições para os brasileiros de hoje

A mensagem que o exemplo de vida do Duque de Caxias comunica aos brasileiros de hoje, como de qualquer época, não é difícil deduzir.

Somos participantes de uma conjuntura assinalada por contrastes na vida nacional. Os indicadores do setor privado da economia são expressivos e seu potencial ainda maior. Convivemos, todavia, com fortes desníveis regionais e uma injustificável concentração de renda. Em meio às fortes pressões da economia globalizada é quase inviável, nas condições prevalecentes no Brasil, manter-se competitivo. Um pacto social amplo, envolvendo os setores público e privado, é a nossa maior prioridade.

Nesse contexto, Caxias tem a nos transmitir a mensagem da concórdia nacional. Integramos uma única realidade geo-sócio-política. O fortalecimento do Brasil como Estado soberano tem como um dos requisitos indispensáveis a diminuição das desigualdades. O patriotismo é um valor permanente válido e se traduz em respeito às instituições, mas, igualmente, em respeito às pessoas, sem qualquer forma de discriminação. Necessitamos caminhar para um desenvolvimento solidário, eqüidistante de extremismos exacerbados.

Que a lição de Caxias permaneça viva, não apenas no âmbito Exército Brasileiro, mas também na sociedade civil. E que nós, militares e civis, saibamos contribuir com a parcela de responsabilidade que nos compete, no sentido de consolidar a concórdia nacional.